

Alerta Legislação nº 07, de 09 a 14 fev. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
<u>DECRETO Nº 12.845, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
Governo do Estado de São Paulo
<u>LEI Nº 18.398, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Autoriza o Governo do Estado a fornecer protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do Estado. <u>LEI Nº 18.397, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Autoriza o sepultamento de cães e gatos junto a seus tutores. <u>LEI Nº 18.395, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Política Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, e dá outras providências.
Prefeitura de São Paulo
<u>DECRETO Nº 64.952, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Introduz alterações ao Decreto nº 56.223, de 1º de julho de 2015, que regulamenta os artigos 41 a 50 da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, que tratam da comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
13/02/2026 (Edição extra)	<u>LEI Nº 15.348, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2026</u>

	Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo, criar modalidades de operacionalização do auxílio e instituir o Programa Nacional de Acesso ao Cozimento Limpo; e altera as Leis nºs 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.601, de 19 de junho de 2023, e 14.871, de 28 de maio de 2024.
13/02/2026	<u>DECRETO Nº 12.850, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Promulga o Acordo-Quadro sobre o Estabelecimento da Aliança Solar Internacional - ASI, firmado pela República Federativa do Brasil, em Nova Delhi, em 15 de novembro de 2016. <u>DECRETO Nº 12.849, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para dispor sobre o enquadramento de terminais aquaviários interligados a instalações marítimas de óleo bruto ou gás natural para fins de compensação financeira.
12/02/2026 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 12.846, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026 e dá outras providências.
11/02/2026	<u>DECRETO Nº 12.845, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.
09/02/2026	<u>LEI Nº 15.347, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 83.500.000,00 (oitenta e três milhões e quinhentos mil reais), para o fim que especifica.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.324, de 6 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 230.380.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

	Brasília, 6 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.323, de 4 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 5, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 6 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.322, de 31 de outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 31, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 6 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL AGU/CC/PR/MF/MGI Nº 1, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025</u> Institui o Comitê Gestor da Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve. CASA CIVIL (CCPR) <u>PORTARIA CC/PR Nº 730, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Transformação Digital. SECRETARIA-GERAL (SG) ↳ Câmara-executiva Federal de Identificação do Cidadão - CEFIC <u>RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u>

	Institui o Serviço de Controle do Fluxo de Emissão da Carteira de Identidade Nacional - SCF-CIN
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL <u>RESOLUÇÃO CONCEA Nº 76, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Reconhece método alternativo ao uso de animais para avaliação de irritação e corrosão ocular em atividade de ensino e pesquisa no Brasil. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>PORTARIA CNPQ Nº 2.634, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre alteração de critérios e procedimentos estabelecidos para a execução dos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq.
Ministério da Fazenda	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 4, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA RFB Nº 647, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a política de Inteligência Artificial no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), estabelecendo garantias à sociedade do uso responsável de soluções de Inteligência Artificial.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.145, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova a Resolução ConSinesp nº 10, de 10 de dezembro de 2025, e dispõe sobre os Índices Nacionais de Homicídios e Feminicídios no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp.
Ministério da Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPS Nº 278, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece, para o mês de fevereiro de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS/Nº 200, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 186, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.

Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.205, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece incentivo financeiro de custeio, de caráter excepcional e temporário, para o desenvolvimento da estratégia de vacinação nas escolas e de ações para atualização da caderneta de vacinação das crianças e adolescentes menores de quinze anos, e, emergências sanitárias com impacto na imunização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para o exercício de 2026. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 663, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento imunobiológico risanquizumabe, para tratamento da colite ou retocolite ulcerativa ativa moderada a grave em pacientes adultos, após falha, refratariedade, recidiva ou intolerância à terapia com anti-TNF, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ 4ª Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 521, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> A Gerente-Geral Substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, (...) resolve: (...) Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO (...) SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 11, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Revoga a Portaria SCTIE/MS nº 8, de 25 de janeiro de 2022, que tornou pública a decisão de não aprovar as Diretrizes Brasileiras para Tratamento Medicamentoso Ambulatorial do Paciente com Covid-19.
Ministério de Minas e Energia	AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA NUCLEAR (ANSN) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o Referencial Estratégico da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN.
Ministério de Portos e Aeroportos	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MPOR Nº 5, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Define a área do Porto Organizado de Santos, no Estado de São Paulo.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MDS/INSS Nº 36, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Disciplina o procedimento de cobrança do cadastro biométrico do requerente, do beneficiário ou do responsável legal do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. <u>PORTARIA MDS Nº 1.160, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Define parâmetros e procedimentos para gestão e operacionalização do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. <u>PORTARIA MDS Nº 1.156, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Portaria nº 1.002, de 16 de julho de 2024, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que institui o mecanismo de controle de frequência de pessoas atendidas em Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, contratadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio de reconhecimento biométrico facial.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI <u>PORTARIA NORMATIVA INPI/PR Nº 57, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Política de Gestão da Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 12, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em Unidades de Conservação federais (processo ICMBio nº 02070.002802/2018-93).
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
10/02/2026	<u>LEI Nº 18.398, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Autoriza o Governo do Estado a fornecer protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do Estado. <u>LEI Nº 18.397, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Autoriza o sepultamento de cães e gatos junto a seus tutores.

	<u>LEI Nº 18.395, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Política Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, e dá outras providências.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 24, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Resolução SEDUC nº 157, de 02 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a organização curricular dos cursos da Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 23, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece o Calendário de Repasses Ordinários de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, para o exercício financeiro de 2026 <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 22, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Constitui o Grupo Setorial de Transformação Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação – GSTD-TIC, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlata <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 21, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre as diretrizes para o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização do Programa de Alimentação Escolar – PAE, executado no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, por meio do atendimento direto (Sistema de Gestão Centralizada)
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026</u> (...) 1. Para o ano de 2026, referente à avaliação do desempenho ocorrido no ciclo de 1º/01/2025 a 31/12/2025, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e as demais providências necessárias à aplicação da Avaliação de Desempenho Individual, instituída pelo Decreto nº 57.780, de 10 de fevereiro de 2012, e alterada pelo Decreto nº 58.373, de 5 de setembro de 2012, ficam estabelecidos na forma desta instrução. (...)
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>DECISÃO CONJUNTA SETUR/SEMIL Nº 01/2026</u> Trata-se de processo de acompanhamento do cumprimento das condições para aplicação de alíquota especial de 12% do ICMS – Querosene de Aviação (QAV) para o exercício de 2024, sob regramento da Lei Estadual nº 17.100/2019, do Decreto Estadual

	nº 64.319/2019 , do Decreto Estadual nº 65.253/2020 e da Resolução Conjunta SLT/ST 01/2023.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) RESOLUÇÃO PGE Nº 8, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026 Altera a Resolução PGE nº 6, de 6 de fevereiro de 2023, que reorganizou o Programa de Residência Jurídica no âmbito da Procuradoria Geral do Estado e dá providências correlatas
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO SS Nº 31, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026 Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa Estadual de Desinstitucionalização, para acolhimento em Serviços Residenciais Terapêuticos de pessoas internadas há mais de dois anos nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Gabinete do Reitor (GR) RESOLUÇÃO Nº 8941, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026 Institui o "Prêmio USP de Empreendedorismo".
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
13/02/2026	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 87/2026, DE 13/02/2026 Institui o Disque Denúncia Animal para o registro de denúncias de crimes de maus-tratos contra animais. PROJETO DE LEI Nº 86/2026, DE 13/02/2026 Dispõe sobre diretrizes para a Política Estadual de Formação Musical Comunitária e dá outras providências. RESOLUÇÕES RESOLUÇÃO Nº 948, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026 Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970 , com modificações posteriores (Regimento Interno da Assembleia Legislativa), e da Resolução nº 766, de 16 de dezembro de 1994 (Código de Ética e Decoro Parlamentar).
12/02/2026	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 82/2026, DE 12/02/2026 Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede pública estadual, da disciplina de "Educação Financeira", e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 79/2026, DE 12/02/2026

	Reconhece a profissão tradicional de Carreiro de Carro de Boi como manifestação cultural e patrimônio imaterial do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 78/2026, DE 12/02/2026</u> Reconhece o "Caminho do Carreiro", que abrange o trajeto histórico entre os municípios de Taubaté, Pindamonhangaba, Lagoinha e Cunha, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, como bem de relevante interesse cultural e histórico do Estado de São Paulo, e dá outras providências. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2026, DE 12/02/2026</u> "Reconhece as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado nos autos do Processo TC - 001469/026/13 e dos expedientes que o acompanham, assim como dá outras providências.
11/02/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 77/2026, DE 11/02/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, a "Política Estadual de Acesso ao Teste Genético BRCA1 e BRCA2", destinada a mulheres diagnosticadas com câncer de mama e às que apresentem critérios clínicos e familiares de alto risco para câncer hereditário, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 76/2026, DE 11/02/2026</u> Institui a obrigatoriedade de disponibilização de torneiras e bebedouros de uso público em espaços de acesso ao público no Estado de São Paulo, estabelece critérios mínimos de higiene e segurança sanitária. <u>PROJETO DE LEI Nº 72/2026, DE 11/02/2026</u> Institui a Casa da América Latina no Estado de São Paulo, dispõe sobre sua finalidade, organização e funcionamento, e dá outras providências. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/2026, DE 11/02/2026</u> Referenda a nomeação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS.
10/02/2026	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 286, DE 2025</u> <u>MENSAGEM A-Nº 022/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> São Paulo, 07 de fevereiro de 2026. (...) De iniciativa parlamentar, a proposição impõe às concessionárias ou permissionárias de serviços públicos de energia elétrica, telefonia, televisão a cabo e internet a obrigação de remover cabos de fiação por elas instalados, sempre que em excesso e quando configurarem risco de incêndio ou perigo iminente à população.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 276, DE 2025
MENSAGEM A-Nº 021/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 07 de fevereiro de 2026.

(...)

De origem parlamentar, a propositura disciplina o uso de escadas e esteiras rolantes nas estações de trens, metrô, terminais rodoviários e aeroportos.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 129, DE 2025
MENSAGEM A-Nº 020/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 07 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta autoriza o fornecimento de protetores auriculares para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculadas nas escolas da rede pública estadual de ensino.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 887, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 019/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 07 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida dispõe sobre a adoção de medidas de segurança pelas instituições financeiras, para a proteção de pessoas idosas contra fraudes e golpes financeiros e dá outras providências.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 812, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 018/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 07 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura busca instituir a Política Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 792, DE 2024
MENSAGEM A-Nº 017/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 07 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva proibir a prática de diferenciação na definição do prazo de marcação de consultas, exames e outros procedimentos médicos entre os pacientes que possuem cobertura por planos ou seguros privados de assistência à saúde e aqueles que custeiam os serviços com recursos próprios.

(...)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4/2026, DE 10/02/2026

	Susta os efeitos da Resolução Seduc nº 9, de 23 de janeiro de 2026 .
09/02/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 68/2026, DE 09/02/2026</u> Dispõe sobre a inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e/ou peças publicitárias encomendadas pelo Governo do Estado de São Paulo, por seus órgãos e entidades, bem como por empresas concessionárias de serviços públicos estaduais e por aquelas que recebam incentivos fiscais do Estado. <u>PROJETO DE LEI Nº 67/2026, DE 09/02/2026</u> Altera a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, para incluir o direito de informação da mulher sobre a vida pregressa do parceiro com quem mantém vínculo afetivo. <u>PROJETO DE LEI Nº 66/2026, DE 09/02/2026</u> Dispõe sobre o restabelecimento da contagem integral do tempo de serviço prestado pelos servidores públicos estaduais entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, durante a pandemia da Covid-19, com a imediata retificação de seus registros funcionais, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 226/2026.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
11/02/2026	<u>DECRETO Nº 64.954, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação e denominação da Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI Antônio Ermírio de Moraes, vinculada à Diretoria Regional de Educação São Miguel, da Secretaria Municipal de Educação. <u>DECRETO Nº 64.953, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil – CEI Heloisa Luck, vinculado à Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, da Secretaria Municipal de Educação. <u>DECRETO Nº 64.952, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Introduz alterações ao Decreto nº 56.223, de 1º de julho de 2015, que regulamenta os artigos 41 a 50 da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, que tratam da comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>